



Passarinho e Bisol conversam sobre as novas denúncias

Comissão opta por cautela

E vai pesquisar antes de fazer devassa em contas

A palavra do economista José Carlos Alves dos Santos já não tem o mesmo peso para a CPI do Orçamento. Os parlamentares que participam da Comissão reagiram com cautela à lista de quatro senadores e 12 deputados que teriam envolvimento com empreiteiras, segundo denúncia do próprio José Carlos. A CPI decidiu ontem que antes de uma devassa nas contas bancárias e nas declarações de renda dos novos citados as Subcomissões de Emendas e Subvenções Sociais terão para pesquisar a existência de algum outro indício de irregularidade.

“Não tem nada de concreto na carta de José Carlos à CPI. Fica difícil considerar como denúncia”, avaliou o relator-geral, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). A regra que vale agora para o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e para o coordenador da Subcomissão de Bancos, Benedito Gama (PFL-BA), não foi a que a CPI adotou no início dos trabalhos, quando decidiu vasculhar a vida do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a partir, exclusivamente, de uma citação do encomista em depoimento à CPI.

Repetir — “Eu até concordo que houve um açodamento da

CPI e, por isto, não acho conveniente repetir a prática agora”, admitiu o senador Élcio Alvares (PFL-ES), salientando que o próprio José Carlos confessa que acusou sem ter indicações concretas. Mas o senador Ney Maranhão (PRN-PE) argumentou que a CPI não pode ter dois pesos e duas medidas. “Defendo o mesmo tratamento para todos”, disse o senador, para salientar, em seguida, que o Congresso não deve cassar ninguém, mas enviar o processo à decisão do Supremo.

Corporativismo — Para o coordenador da Subcomissão de Patrimônio, senador José Paulo Bisol (PSDB-RS), a cautela predominante revela na verdade o crescimento do corporativismo do Congresso, que está pesando, dificultando e constrangendo a CPI. “Defendo que a CPI investigue os novos citados porque não podemos nos pautar pela conveniência política e sim pelo sentimento de Justiça, que prevê o tratamento igual para todos”, justificou.

O petista Aloizio Mercante (SP) defendeu a ampliação do universo de investigados, mas concordou com a maioria em um ponto: “Uma simples menção não pode condenar ninguém”.